

Handwritten notes:
1/a
1/d

CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PARÓQUIA DE MANGUALDE

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Ativos Intangíveis	13
7	Inventários	15
8	Rédito	15
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
10	Benefícios dos empregados	16
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
12	Outras Informações.....	17
12.1	Investimentos Financeiros	17
12.2	Créditos a Receber	18
12.3	Outros Ativos Correntes.....	18
12.4	Diferimentos	18
12.5	Outros Ativos Financeiros	19
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	19
12.7	Fundos Patrimoniais.....	19
12.8	Fornecedores	19
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
12.10	Outros Passivos Correntes	20
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	20
12.12	Fornecimentos e serviços externos.....	21
12.13	Outros rendimentos.....	21
12.14	Outros gastos	21
12.15	Resultados Financeiros.....	22
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	22

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Cultural da Paróquia de Mangualde (doravante designado por "Instituição"), tem a sua sede social sita no Largo da Misericórdia – Mangualde.

Foi constituída a 6 de novembro de 1981 e com início de funcionamento dos serviços prestados em setembro de 1987. A Instituição está registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 38/81 a fls. 42 e verso em 6/11/81.

Como Instituição Particular de Solidariedade Social, apoiada pelo Estado e reconhecida como de Utilidade Pública, teve que adaptar-se aos diplomas legais publicados, designadamente ao Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro, ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 e ao Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

A Instituição tem como missão proporcionar qualidade de vida aos seus utentes (Idosos e crianças/jovens) e tem como atividade principal o apoio social para pessoas idosas e apoio social para a infância. Para tal desenvolve as seguintes respostas sociais:

- Setor de infância: creche, jardim de infância e centro de atividades de tempos livres; e,
- Setor sénior: centro de dia, serviço de apoio domiciliário e estrutura residencial para pessoas idosas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 215/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 82592/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento biológico	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de Investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3 a 10
Programas de Computador	3 a 5
Propriedade Industrial	3 a 10
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.4 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a conclusão e venda dos mesmos. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Quando o valor das existências finais não é materialmente relevante, consideramo-lo nulo.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por Imparidade.

 PL
Anexo 

À data de relato a Entidade avalla todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

PA

Anexo

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	17 500,00	0,00				17 500,00
Edifícios e outras construções	2 908 556,53	0,00				2 908 556,53
Equipamento básico	357 164,94	15 594,43				372 759,37
Equipamento de transporte	302 904,50	0,00				302 904,50
Equipamento administrativo	102 284,30	4 800,55				107 084,85
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1 812,81	0,00				1 812,81
Ativos fixos tangíveis em curso	7 582,00	17 644,87				25 226,87
Total	3 697 805,08	38 039,85	0,00	0,00	0,00	3 735 844,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	825 151,42	54 599,57				879 750,99
Equipamento básico	340 408,41	8 157,31				348 565,72
Equipamento de transporte	277 131,70	6 443,20				283 574,90
Equipamento administrativo	98 523,06	2 538,95				101 062,01
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1 812,81	0,00				1 812,81
Total	1 543 027,40	71 739,03	0,00	0,00	0,00	1 614 766,43

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por imparidade acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

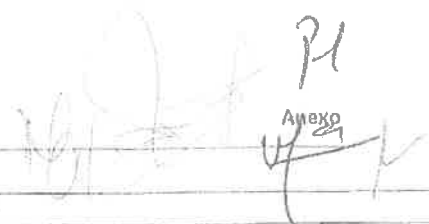
A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	19 445,71					19 445,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	19 445,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19 445,71
Amortizações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	19 445,71	0,00				19 445,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	19 445,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19 445,71

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por imparidade acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	17 500,00	1 840,00				19 340,00
Edifícios e outras construções	2 908 556,53	0,00				2 908 556,53
Equipamento básico	372 759,37	23 934,70				396 694,07
Equipamento de transporte	302 904,50	42 189,00				345 093,50
Equipamento administrativo	107 084,85	547,90				107 632,75
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1 812,81	0,00				1 812,81
Ativos fixos tangíveis em curso	25 226,87	3 791,00				29 017,87
Total	3 735 844,93	70 462,60	0,00	0,00	0,00	3 808 147,53
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	879 750,99	54 599,57				934 350,56
Equipamento básico	348 565,72	11 191,76				354 884,93
Equipamento de transporte	283 574,90	14 881,00				298 455,90
Equipamento administrativo	101 062,01	2 288,55				103 350,56
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1 812,81	0,00				1 812,81
Total	1 614 766,43	82 960,88	0,00	0,00	0,00	1 692 854,76

Descrição	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por imparidade acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00



 Anexo

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	19 445,71					19 445,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00					0,00
Total	19 445,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19 445,71
Amortizações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	19 445,71	0,00				19 445,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00					0,00
Total	19 445,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19 445,71

Descrição	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 936,12	269 147,89	46 415,11	7 727,55	271 376,38	28 340,87	8 928,23
Produtos acabados e Intermedios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	5 936,12	269 147,89	46 415,11	7 727,55	271 376,38	28 340,87	8 928,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				313 771,57			298 516,57
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rébito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	895 366,93	851 814,98
Quotas e Jolas	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Outros serviços	35 751,93	27 686,44
ISS, IP	1 553 951,19	1 284 884,62
Outras entidades públicas	0,00	0,00
Juros	4 064,33	5 588,73
Total	2 489 134,38	2 169 974,77

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
Subsídios à exploração	75 329,52	57 700,96
Apoios do Governo		
Total	75 329,52	57 700,96

10 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024 não usufruíram de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 97 e em 31/12/2025 foi de 98.

Os gastos que a Entidade Incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 444 324,75	1 358 598,99
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	208,63	46,17
Encargos sobre as Remunerações	312 842,80	293 834,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19 526,89	18 462,53
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	37 681,44	64 298,14
Total	1 814 584,51	1 735 240,05

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Handwritten signatures and the word "Anexo" are present in the top right corner of the page.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	41 483,96	0,00
Outros investimentos financeiros	1 647 523,24	1 619 126,08
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total	1 689 007,20	1 619 126,08

Transfere-se para ativo corrente, no seguimento da Recomendação da Comissão de Normalização Contabilística em junho de 2025 sobre o tratamento do Fundo de Compensação do Trabalho o valor dos mesmos.

Os instrumentos financeiros são valorizados com base na cotação de 31 de dezembro o que se traduziu num ganho de 41 753,93€ em 2025 e 68 688.85€ em 2024.

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Outros créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes- saldo devedor	46 061,31	46 188,75
Utentes- saldo credor	2 329,84	1 866,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	43 731,47	44 322,75

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

12.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	75 590,18	80 010,20
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	18 305,39	62 730,39
Outros Instrumentos financeiros	13 356,77	0,00
Total	107 252,34	142 740,59

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer	12 010,50	12 270,73
Total	12 010,50	12 270,73
Rendimentos a reconhecer	3 508,03	0,00
Total	3 508,03	0,00

12.5 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
Outros Instrumentos financeiros	13 356,77	0,00
Total	13 356,77	0,00

Transfere-se de ativo corrente, no seguimento da Recomendação da Comissão de Normalização Contabilística em Junho de 2025 sobre o tratamento do Fundo de Compensação do Trabalho o valor dos mesmos.

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	771,42	2 849,66
Depósitos à ordem	168 214,19	158 613,39
Depósitos a prazo	420 000,00	170 000,00
Outros		
Total	588 985,61	331 463,05

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	366 975,54	0,00	0,00	366 975,54
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2 801 597,60	0,00	4 914,42	2 796 683,18
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	795 460,81	73 323,96	7 000,00	861 784,77
Total	3 964 033,95	73 323,96	11 914,42	4 025 443,49

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	20 998,05	18 311,53
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	20 998,05	18 311,53

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 397,41	5 645,43
Outros impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5 397,41	5 645,43
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 804,60	6 016,38
Segurança Social	34 776,46	31 021,15
Outros impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	41 581,06	37 037,53

12.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		431,90		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de investimentos		1 518,96		0,00
Credores por acréscimo de gastos		276 847,02		248 798,97
Outros credores		255,63		403,08
Utentes		17 834,70		20 758,99
Total	0,00	296 888,21	0,00	269 961,04

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	75 329,52	57 700,96
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	46 795,18	52 821,27
Legados	0,00	0,00
Total	122 124,70	110 522,23

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	66 602,73	64 582,18
Materials	27 214,67	22 145,94
Energia e fluidos	111 825,41	98 019,06
Deslocações, estadas e transportes	28,98	620,22
Serviços diversos	74 541,66	64 991,41
Total	280 213,45	250 358,81

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	181,10	198,02
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10 700,00	8 152,50
Outros rendimentos e ganhos	10 771,73	29 333,24
Total	21 652,83	37 683,76

12.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	2 329,64	4 021,86
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	13 874,10	16 652,71
Total	16 203,74	20 674,57

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4 064,33	5 588,73
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	4 064,33	5 588,73
Resultados Financeiros	4 064,33	5 588,73

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

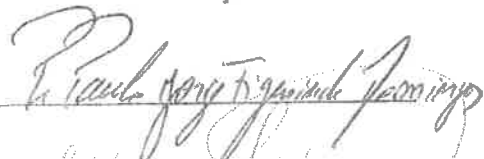
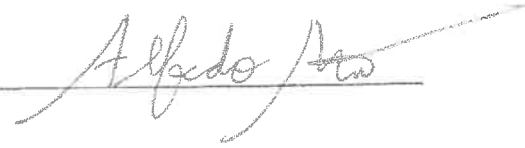
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção.

Mangualde, 31 de março de 2026

A Direção

O Contabilista Certificado



 CENTRO SOCIAL E CULTURAL
 DA PARÓQUIA DE MANGUALDE
 N.º 42 507
 Rua Paroquial
 Misericórdia
 Mangualde